



Bruxelas, 29/09/2026

Assunto: Um apelo de grupos religiosos à liderança europeia na COP 31

À Presidente von der Leyen, à Vice-Presidente Ribera, ao Comissário para o Clima Hoekstra, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para a COP 31,

Neste verão, a Europa experimentou a crise climática com mais intensidade do que nunca. Ondas de calor e incêndios florestais devastaram a França, Espanha, Itália, Grécia, Croácia, Alemanha, Portugal, Bélgica e Países Baixos, ceifando dezenas de milhares de vidas e forçando centenas de milhares de pessoas a abandonarem as suas casas. Esta é uma amostra do que os nossos irmãos e irmãs no Sul Global estão a sofrer há anos. As catastróficas inundações e deslizamentos de terras no Nepal este ano, que mataram milhares de pessoas, são apenas a tragédia mais recente fruto da nossa inação coletiva. Como disse o Papa Leão XIV: *“A criação clama por meio de inundações, secas, tempestades e calor implacável... Uma em cada três pessoas vive em grande vulnerabilidade devido a essas alterações climáticas. Para elas, as mudanças climáticas não são uma ameaça distante, e ignorar essas pessoas é negar a nossa humanidade compartilhada”*.

A COP 31 em Antalya tem sido amplamente descrita como uma COP de implementação: o ano em que os mecanismos acordados em Belém — o Objetivo Global de Adaptação, o Fundo de Perdas e Danos, o Mecanismo Belém-Antalya para uma transição justa que supere os combustíveis fósseis — devem passar de promessas à realidade, ou correm o risco de se tornarem palavras vazias. As decisões que os senhores tomarem na COP 31 também refletirão a autenticidade do seu compromisso com as comunidades mais vulneráveis da atualidade, com os jovens e as gerações futuras. Como o Papa Francisco nos lembrou de forma comovente: *“Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos”* (Laudato Si’ 13).

Dando continuidade às nossas cartas anteriores sobre a COP 29 e a COP 30, nós, a Aliança Europeia Laudato Si’ (ELSiA), juntamente com organizações religiosas de toda a Europa, pedimos o seu mais profundo compromisso com a ação durante a COP 31, neste momento em que a liderança global é mais necessária do que nunca. No seguimento à campanha *“Europa, sê fiel à nossa casa comum”*, apoiada por 170 organizações cristãs, nós apelamos a não permitirem que a ambição da UE em matéria de ação climática seja enfraquecida por respostas de curto prazo às muitas crises globais interligadas, mas que permaneçam fiéis aos princípios fundadores da UE e liderem pelo exemplo ao proteger as populações mais vulneráveis e a nossa Casa Comum.

Requeremos à União Europeia que apresente os quatro compromissos seguintes à COP 31:

1. Acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e a eletrificação baseada em energias renováveis

Belém viu os apelos para um mapa do caminho de superação dos combustíveis fósseis serem bloqueados, apesar da pressão de dezenas de países que incluíam a UE. Em consonância com o apelo do Papa Francisco por uma eliminação dos combustíveis fósseis “*eficiente, obrigatória e de fácil monitoramento*”, pedimos que promovam o mapa do caminho Belém/Santa Marta rumo à eliminação gradual dos combustíveis fósseis como processo contínuo, e não como um relatório isolado; adotem um mapa do caminho vinculativo da UE para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis (carvão até 2030, gás até 2035 e petróleo até 2040); eliminem os subsídios aos combustíveis fósseis e as novas licenças para a sua exploração; e assegurem que o financiamento apoiado pela UE, incluindo o do Banco Europeu de Investimento, abandone completamente o apoio aos combustíveis fósseis.

A meta de eletrificação de 35% até 2035, proposta pela Presidência da COP, pode ser um passo importante rumo à eliminação gradual dos combustíveis fósseis se explicitamente vinculadas a fontes renováveis e aos processos de Transição Justa. Caso contrário, corre o risco de se tornar um substituto técnico para a conversão ecológica que este momento exige de nós, em vez de ser uma parte importante da solução. É fundamental que a eletrificação se baseie na eficiência energética e em energias renováveis e não aumente a dependência de combustíveis fósseis nem do extrativismo.

Fundamentalmente, a suficiência deve tornar-se central para as políticas da UE ao reduzirem a procura energética geral e atenderem às necessidades reais, em vez de alimentar um consumo injusto e insustentável.

2. Garantir uma agenda de transição justa ancorada no próximo orçamento da UE (QFP)

Uma transição justa não deve deixar ninguém para trás e precisa identificar as pessoas mais vulneráveis, tanto no nível local como global: trabalhadores em setores dependentes de combustíveis fósseis, famílias vulneráveis, comunidades marginalizadas e povos indígenas. A COP 31 deve dar continuidade aos progressos alcançados nas negociações da SB64 da UNFCCC em Bonn e implementar um Mecanismo de Transição Justa (MTJ) robusto. O Mecanismo Belém-Antalya representou um passo significativo para integrar a justiça e os direitos na ação climática. Para garantir que este seja mais do que simbólico, a UE deve apoiar a sua operacionalização, incluindo a diversificação económica; apoiar a formação e requalificação profissional; e integrar os princípios da transição justa nos planos climáticos nacionais, com base no princípio do poluidor-pagador e nas “Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas”.

Uma agenda de transição justa também deve ser coerente a nível nacional. Portanto, exortamos a UE a priorizar o financiamento de uma transição socialmente justa no próximo orçamento da UE — mais especificamente, aumentando a meta de gastos com clima e meio ambiente dos atuais 35% para 50% (35% para o clima e 15% para a biodiversidade), e aplicando e cumprindo rigorosamente o princípio de “não causar danos significativos”.

3. Garantir o financiamento climático com base nas necessidades dos países mais vulneráveis

A UE comprometeu-se repetidamente a apoiar os mais vulneráveis, mas esses compromissos frequentemente deixaram de ser cumpridos. Instamos a UE e os seus Estados-Membros a comparecerem à COP 31 com novos compromissos plurianuais concretos para a NCQG (Nova Meta Coletiva Quantificada sobre Financiamento Climático); eliminarem a lacuna de adaptação triplicando o financiamento para adaptação até 2035; reabastecerem urgentemente o Fundo de Perdas e Danos, que agora entra na sua primeira fase de desembolso, para atender às crescentes necessidades das comunidades afetadas e deslocadas; e priorizarem o financiamento por meio de doações em vez de empréstimos para não agravar o endividamento dos países de rendas baixa e média. Chegou a hora de passar das palavras à ação e garantir que o financiamento climático se traduza em apoio genuíno para aqueles que mais precisam.

A UE demonstrou ambição ao estabelecer uma meta climática vinculativa para 2040. Ao mesmo tempo, medidas como o Mecanismo de Ajustamento de Carbono nas Fronteiras (CBAM) levantam questões importantes sobre a coerência. Uma abordagem que se baseia principalmente na mobilização de capital privado, ao mesmo tempo que exige que os países em desenvolvimento cumpram padrões comparáveis aos da UE, corre o risco de comprometer a confiança da qual essas medidas dependem. Uma agenda crível para o clima e o comércio, ambiciosa no âmbito doméstico e apoiada por financiamento público genuíno no exterior, fortaleceria a posição da UE na COP 31 em vez de enfraquecê-la.

4. Estabelecer metas claras para construir sistemas alimentares globais focados na soberania alimentar e na agroecologia

Os sistemas alimentares são responsáveis por aproximadamente um terço das emissões globais de gases de efeito estufa, e a nutrição de metade da humanidade já está em risco devido aos impactos climáticos. Mesmo assim, eles recebem menos de 3% do financiamento público para o clima e as discussões sobre a transição alimentar ainda se encontram num impasse. Embora o Trabalho Conjunto sobre Agricultura e Segurança Alimentar de Sharm el-Sheikh deva ser concluído na COP 31, o SB64 adiou todas as decisões-chave. Reivindicamos que a UE apoie um resultado com prazo definido e focado na implementação em vez de adiar a ação através de mais uma extensão processual.

Exortamos a UE a defender a agroecologia como uma resposta justa e ecológica à crise climática a nível nacional, através de metas claras de soberania alimentar e agroecologia no âmbito da reforma da Política Agrícola Comum, e no plano global, defendendo o reconhecimento explícito da agroecologia como abordagem central para a transformação dos sistemas alimentares, redirecionando o financiamento climático de forma correspondente e integrando-a no Mecanismo de Transição Justa, para que nenhuma comunidade seja deixada para trás.

Uma responsabilidade compartilhada

Como escreveram os bispos da África, Ásia, América Latina e Caribe antes da COP 30: *“A urgência deste momento não deixa espaço para atrasos, compromissos ou medidas tímidas.”* Compartilhamos dessa convicção e damos-lhe eco: muitas das nossas organizações e parceiros têm

as suas bases em comunidades do Sul Global e, em solidariedade com elas, nós vos exortamos a levarem essa convicção a Antalya. Continuamos prontos para acompanhar o vosso trabalho na capacidade de discernimento que ele exige e nas decisões que requer antes da COP 31.

Atenciosamente,

As organizações abaixo assinadas

Os oito membros da Aliança Europeia Laudato Si' (ELSiA):

Caritas Europa	CIDSE	Dom Bosco Internacional	JESC
Justiça e Paz Europa	Movimento Laudato Si'	ONG Nova Humanidade	Pax Christi Internacional

Signatários da Campanha Europa, Sê Fiel à Nossa Casa Comum:

Serviço Jesuíta para os Refugiados da Europa (JRS Europe)	Secretariado de Justiça Social e Ecologia (SJES), Jesuítas	Comunidade Mundial para a Meditação Cristã (WCCM)	Movimento Católico Internacional para Assuntos Intelectuais e Culturais (ICMICA-MIIC) - Pax Romana
EcoOne (Movimento dos Focolares)	Secours Catholique - Caritas France, França	Cordaid, Países Baixos	KOO, Áustria
FEC - Fundação Fé e Cooperação, Portugal	Broederlijk Delen, Bélgica	Suomi Caritas, Finlândia	Caritas Sverige, Suécia
Associação R3C - REDE Cuidar da Casa Comum, Portugal	Comissão Nacional Justiça e Paz, Portugal	Comissão Sinodal Justiça e Paz Grécia	Justiça e Paz Dinamarca
PAX, Países Baixos	Associação de Missionários e Religiosos da Irlanda (AMRI), Irlanda	Província Jesuíta da Europa Central (Alemanha, Áustria, Suíça, Suécia, Lituânia e Letônia)	Província dos Jesuítas Euro-Mediterrâneos (Itália, Malta e Romênia)
Jesuítas nos Países Baixos Europeus (Flandres/Bélgica e Países Baixos)	Província Irlandesa da Companhia de Jesus (Jesuítas), Irlanda	Centro Jesuíta para a Fé e a Justiça, Irlanda	Fondazione Lanza, Itália
Movimento Escoteiro Católico Italiano para	Fundação Scalabriniana, Itália	Comunidade do Diaconato na Itália, Itália	Pax Christi Itália, Itália

Adultos (MASCI), Itália			
Província Francesa da Congregação do Espírito Santo (Espiritanos), França	Salesianos de Dom Bosco, Irlanda	Irmãs Dominicanas Cabra, Irlanda	Irmãs da Apresentação na Irlanda, Irlanda
Missionárias Médicas de Maria, Irlanda	Irmãs de São João de Deus, Irlanda	Missionários Montfort, Itália	Comunidade Missionária de Villaregia, Itália
Abadia de Sainte-Marie de la Pierre-qui-Vire, França	Comunidade de Vida Cristã (CVX) Itália, Itália	Justiça e Paz Barcelona, Espanha	Delegação para a Ecologia Integral, Arquidiocese de Saragoça, Espanha
Comissão Diocesana para a Ecologia Integral, Diocese de Vitoria, Espanha	Delegação de Pastoral Operária da Arquidiocese de Saragoça, Espanha	Missionsprokur St. Gabriel International dos Missionários Steyler, Áustria	Associação Intercultural Laudato Si', Luxemburgo
Christliche Initiative Klimagerechtigkeit, Alemanha	Christians for Future, Alemanha	Centro Ukama Nuremberg, Alemanha	Centro de Pesquisa e Ação Social (CERAS), França
Centre Hélène et Jean Bastaire, França	Baptisés du Grand Paris, França	Žít Laudato si' Česká republika, República Tcheca	Laudato Si' Navarra-Nafarroa, Espanha
Eco-social Platform Laudato Si' Málaga, Espanha	CVX Golfo de Leão, França		

Notas e referências principais

A [Aliança Europeia Laudato Si' \(ELSiA\)](#) é uma rede de organizações católicas que trabalham juntas para dar vida à encíclica Laudato Si'. Fundada em 2019, é atualmente composta por oito membros. São eles: Caritas Europa, CIDSE, Dom Bosco Internacional, Centro Social Jesuíta Europeu, Justiça e Paz Europa, Movimento Laudato Si', Nova Humanidade (ONG do Movimento dos Focolares), Pax Christi Internacional e COMECE como observadora. O objetivo da ELSiA é promover a justiça ecológica e a Doutrina Social da Igreja como um compromisso compartilhado e coordenado das Alianças Católicas.

Conferências e Conselhos Episcopais Católicos da África, Ásia, América Latina e Caribe por ocasião da COP 30: *UM CHAMADO POR JUSTIÇA CLIMÁTICA E A CASA COMUM: Conversão ecológica, transformação e resistência a falsas soluções*. Junho de 2025, disponível em:

<https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/As-Igrejas-do-Sul-Global-por-ocasio-da-COP30.pdf>

Movimento Laudato Si', *"Europa, Sê Fiel à Nossa Casa Comum"*. Maio de 2026, disponível em:

<https://laudatosimovement.org/pt/eusefiel/>

Papa Leão, Discurso aos bispos e cardeais do Sul Global participantes da COP 30. 17 de novembro de 2025, disponível em:

<https://www.cnbb.org.br/papa-leao-xiv-envia-mensagem-aos-cardeais-do-sul-global-que-participam-da-cop-30/>

Papa Francisco, *Laudate Deum* 59, 2023, disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html

